

ATA DA 69ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato híbrido, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), participaram na **modalidade online: representantes da sociedade civil:** Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC), Felipe Candin (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Lucilene Binsfeld (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Maria Lúcia Haygert (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC) e **representantes governamentais:** Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Marcos Espíndola (Secretaria de Estado da Educação – SED e Sílvia Cantarino (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), **convidados:** a senhora Ana Paula Roedel Berri, representando a defensora Ana Paula Fischer (DPESC), a assistente social, Danielle Sobreira, da Secretaria de Promoção da Cidadania do município de Itajaí, Aline Salami, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis e Senhora Valéria Zanette, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SC. A **plenária é aberta (1)** pela vice-presidente Celina Rinaldi Duarte (IGENTES) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, justificou a ausência do presidente Fabrício (Acontece) e antes de dar início ao **ponto (2) Formação Continuada com a presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/SC sobre soberania alimentar**, senhora Aline Salami, mencionou haver **quórum suficiente** para as deliberações, **ponto (3)**. A vice-presidente Celina, fez a apresentação da convidada antes de ser iniciada a formação. A convidada Aline Salami manifestou sua satisfação em estar presente nesta reunião e agradeceu o convite feito pela conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC). A convidada explicou que o direito à alimentação adequada é um direito humano e social que somente foi reconhecido pelo país em 2006 por meio da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional – LOSAN. Aline que é membro do conselho municipal de segurança alimentar e nutricional de Florianópolis disse que nos últimos anos tem ocorrido violações relacionadas ao direito humano a alimentação. Citou o ativista brasileiro do combate à fome - Josué de Castro – que dizia que a fome não é natural mas resultado de relações econômicas defeituosas e desigualdades sociais grandes. Primeiro foi feita uma análise em nível de país e posteriormente em nível do estado de Santa Catarina. Apesar do Brasil, ser um dos maiores produtores de grãos e de carne do mundo tem 33 (trinta e três) milhões de pessoas passando fome e em nível de estado, apesar de contar com um dos maiores IDH (índice de desenvolvimento humano) do país, existem 900 (novecentas) mil pessoas em situação de insegurança alimentar grave e moderada. A convidada trouxe que dados estatísticos mostram que 40% (quarenta por cento) dos homicídios no estado tem algum nível de insegurança alimentar, e de cada 10 (dez) catarinenses, 4 (quatro) sofrem algum nível de insegurança. Foi explicado que existem 3 (três) categorias dentro da escala brasileira de insegurança alimentar: **grave**, que é a fome, a privação de alimentos, **moderada**, que é a redução da quantidade de alimentos consumida e a insegurança alimentar **leve**, que é a segurança de terminar o mês com alimento ou que tenha havido alguma alteração na qualidade alimentar. A convidada mencionou que teve uma época em que o país saiu do mapa da fome da ONU (Organizações das Nações Unidas), e atribuiu esse fato como resultado de políticas públicas e programas de segurança alimentar e nutricional, sintetizado num Programa *Fome Zero* que se trata de um

54 conjunto de políticas públicas que estimulou os agricultores a ter crédito para
55 produção. Além deste, foram citados outros programas e políticas como por
56 exemplo o restabelecimento do Programa de Aquisição de alimentos, onde os
57 agricultores produzem alimentos e uma parte é doada e a outra é utilizada para
58 formação de estoque regulador. Foram citadas como impulsionadoras outras
59 políticas de acesso a renda para aquisição de alimentos. A esses programas e
60 políticas estabelecidas no ano de 2003 resultaram no ano de 2014, que o Brasil
61 saísse do mapa da fome. A convidada mencionou como violação a segurança
62 alimentar além da ausência de alimentos, outras formas, como por exemplo,
63 quando os agricultores não conseguem decidir a sua própria semente, quando as
64 pessoas não têm direito a terra, a população de rua, quando a população não tem
65 direito a água, quanto a alimentação escolar, se estão promovendo hábitos
66 saudáveis ou são oferecidos alimentos ultraprocessados que aliados a fome e a
67 insegurança alimentar promovem a obesidade, o sobrepeso e as doenças crônicas
68 não transmissíveis que são violências a alimentação adequada e saudável, e
69 ressaltou que as indústrias de alimentos devem ser regulamentadas. Aline trouxe
70 alguns elementos que fazem parte do conceito do termo *segurança alimentar*,
71 como: alimentação adequada e saudável e soberania alimentar, essa última trata-
72 se dos direitos dos povos de decidir como vai produzir e como vai consumir os
73 alimentos. Outro ponto apresentado pela convidada foi quanto a grande quantidade
74 de agrotóxicos liberados no Brasil, entre 2017 e 2021, inclusive banidos em
75 determinadas regiões como União Europeia, Canadá e Estados Unidos. Salientou
76 toda a dedicação dos conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e
77 nutricional, quanto a observação do direitos a alimentação em sua totalidade,
78 pensando desde programas e políticas que garantam uma produção sustentável e
79 saudável do alimento, que garantam o abastecimento e que garantam um consumo
80 alimentar saudável e adequado, concluiu informando sobre a retomada da agenda
81 do combate à fome e segurança alimentar que retoma o CONSEA Nacional, extinto
82 no ano de 2019. Em relação as pessoas mais atingidas pela insegurança alimentar
83 foram citadas: as mulheres, a população afrodescendente, com menor escolaridade
84 e no meio rural. Aline Salami retoma a lei orgânica de 2006, citada anteriormente,
85 que assegura como direito humano a alimentação adequada, assim como atribui
86 ao Estado a responsabilidade e o dever de garantir, promover e proteger o direito
87 de acesso aos alimentos. O atual cenário no país, foi colocado como propício para
88 o restabelecimento de programas e políticas que garantam o direito à alimentação
89 adequada que passou por um período de grande vulnerabilidade social. Por fim, foi
90 mencionado sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –
91 SISAN, que abrange os equipamentos públicos de segurança alimentar que são os
92 restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, feiras e assim
93 por diante, e a movimentação dos conselhos é feita no sentido de que esses
94 serviços estejam à disposição da população e prestadas pelo estado. A formação
95 foi finalizada pela convidada que citou um estudo de dissertação sobre o acesso ao
96 alimento em Santa Catarina, onde foram analisados os dados de acesso ao
97 trabalho formal, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e
98 Desempregados – CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Ao
99 final do estudo foi observado que as pessoas tiveram acesso ao trabalho formal
100 entretando, ao analisar a categoria renda, essa estava muito baixa. Resumindo, o
101 estudo mostrou que a Reforma Trabalhista de 2017, que regulamentou o trabalho
102 intermitente, teve impacto na segurança alimentar. Celina agradeceu a participação
103 da senhora Aline Salami e da importância do tema discutido, e fez a leitura de
104 alguns pontos anotados. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) falou da
105 importância do entrosamento entre os conselhos no sentido de unir forças e, por
106 fim do falou do enfoque da mídia quanto às pessoas que passam fome sem citar
107 àqueles que sofrem com a insegurança alimentar. Tudi (CUT-SC) parabenizou a
108 fala da presidente do CONSEA municipal e mencionou o *trabalho* como sendo um

109 dos temas a serem discutidos nas Conferências Mesorregionais de Direitos
110 Humanos. A vice-presidente do CEDH-SC fez menção as pequenas granjas e o
111 trabalho análogo ao escravo, e dos entregadores de comida que “passam fome”
112 com sua família. Foram colocados diversos casos de insegurança alimentar,
113 somadas as condições precárias de trabalho, trazidas pelas conselheiras Lucilene
114 (CUT-SC), Celina (IGENTES) e Rosemeri (FECESC). A última conselheira
115 mencionou a retirada do vale alimentação durante a pandemia dos trabalhadores,
116 levando-os a uma situação de insegurança alimentar e o cálculo do salário mínimo
117 feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos –
118 DIEESE, de forma a garantir todos os direitos do trabalhador, conforme prevê a
119 Constituição Federal do país, atingindo o valor de R\$ 6.000,00 e a média salarial
120 não passa de R\$ 2.000,00. Celina Duarte (IGENTES) convidou a presidente do
121 CONSEA municipal de Florianópolis a finalizar a formação e a permanecer na
122 plenária. Aline Salami concluiu seu relato mencionando a existência de um
123 programa nacional de alimentação escolar e de forma breve citou uma pesquisa
124 feita em Florianópolis em que foi comparado o peso das crianças matriculadas nas
125 creches, que fazem de 4 (quatro) a 5 (cinco) refeições ao dia, o estado nutricional
126 está eutrófico (peso normal), nos períodos de não frequência as aulas, a situação
127 era inversa. Em sua fala foi contemplado trabalho realizado pelo Ministério Público,
128 denominado Fórum Catarinense de Combate aos impactos dos agrotóxicos e
129 transgênicos juntamente com a professora da Universidade Federal de Santa
130 Catarina, Sônia Hess, que mostra a contaminação de agrotóxicos na água. Por fim,
131 mencionou a falta de acesso a maioria da população aos alimentos orgânicos e
132 agrícolas, sendo necessária a criação de Políticas Públicas para estimular a
133 produção desse alimento. Agradeceu o convite, colocando-se à disposição. Dando
134 continuidade a reunião foi feita a leitura para **aprovação da ordem do dia (4)**. A
135 Secretária do conselho mencionou ter sido feita solicitação pela vice-presidente de
136 2 (dois) pontos de pauta: o primeiro seria quanto a **reunião da Comissão Especial
137 de Conflitos Fundiários**, neste dia no período da manhã e o segundo ponto seria
138 quanto a **criminalização de uma defensora de Direitos Humanos**. A vice-
139 presidente disse tratar-se do caso de aborto da menina que ocorreu recentemente
140 e que o assunto veio à tona nesta semana. A secretária indagou ao pleno quanto a
141 novas inclusões, não havendo manifestações a pauta foi aprovada por
142 unanimidade. Na sequência foi iniciado o **ponto (5) justificativas de ausências**. A
143 secretária justificou a ausência do presidente Fabrício (Acontece) por motivos
144 familiares. A professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) justificou a ausência da sua
145 titular que estaria em assembleia do IMDH neste horário. A vice-presidente Celina
146 (IGENTES) perguntou sobre as representantes que ficariam em substituição ao
147 conselheiro Cláudio Márcio (SCC) e agradeceu a participação, desejando-o
148 sucesso. A secretária do CEDH relatou que não conseguiu fazer contato, mas que
149 em breve o faria. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) perguntou a vice-
150 presidente se haveria necessidade de o substituir na Mesa Diretora do CEDH.
151 Celina (IGENTES) disse que em sua opinião não haveria necessidade uma vez o
152 conselho estar em final de mandato porém seria necessário verificar o regimento
153 interno. Dando continuidade a reunião foi introduzido o **ponto (6) Descrição da 1ª
154 Conferência Mesorregional no município de Criciúma**. O relato foi feito pela
155 conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) que participou do evento juntamente com
156 o presidente do CEDH. A professora iniciou seu relato explicando ter sido
157 detectados 2 (dois) problemas: o primeiro foi quanto a ausência de representantes
158 na região sul do estado, embora tenham sido feitos contatos com algumas
159 entidades e municípios da região, houve baixa adesão. O próprio sindicato que
160 sediou o evento não conseguiu participar por conta de uma assembleia para fixar a
161 data-base. Participaram 2 (dois) policiais militares do município de Araranguá,
162 foram apreciados os 5 (cinco) eixos e tiradas propostas que posteriormente serão
163 sistematizadas e juntadas as demais. A partir dessa constatação a conselheira

164 propôs ser feito o encaminhamento do edital do Fórum para todas essas entidades
165 que serão convidadas a participarem das Conferências Mesorregionais. O segundo
166 problema foi quanto as datas fixadas para dia de semana, impossibilitando a
167 participação devido a trabalho e demais compromissos assumidos. Foi comunicado
168 a necessidade de alteração do calendário ao pleno, sendo que algumas datas já
169 teriam sofrido alteração. A conselheira concluiu explicando que dentro da realidade
170 o resultado teria sido bem proveitoso e que os dois manifestaram interesse em estar
171 participando como delegados na Conferência Estadual. O conselheiro Nasser
172 Haidar (CDH Maria da Graça Braz) mencionou ter lido o regimento interno e que
173 este prevê na falta do 1º Secretário o 2º Secretário assumirá. O conselheiro
174 reforçou acerca da necessidade de alteração da data das Conferências. A
175 convidada senhora Valéria Zanetti apresentou-se como presidente da Comissão de
176 Direitos Humanos da OAB da região de Criciúma, sendo esta a primeira reunião
177 em que estaria participando e se colocou à disposição para auxiliar na mobilização
178 com as entidades da região sul. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) expôs
179 estarem sendo mobilizadas as entidades da região para participação na
180 Conferência e citou os sindicatos, assessoria de parlamentares, conselhos
181 municipais. Por fim, indagou sobre o representante da Mesa Diretora que a estaria
182 acompanhando e das cópias dos materiais para a utilização no evento. A secretária
183 respondendo ao questionamento da conselheira informou que até o momento não
184 houveram manifestações e as diárias deveriam ser solicitadas com pelo menos 10
185 (dez) dias de antecedência. Foi levantada a possibilidade de participação do
186 conselheiro Maicon (SAS) que ficou de verificar sua agenda. Antes de ser iniciado
187 o ponto (7) devolutivas das ações da última plenária, foi acrescentado o **ponto (6.1)**
188 **relato sobre a reunião da Comissão Especial de Conflitos Fundiários Urbanos**
189 **e Rurais.** A vice-presidente Celina Duarte (IGENTES) fez um breve relato acerca
190 da 1ª reunião da Comissão integrada por 9 (nove) representantes, faltando apenas
191 uma representação nominal da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia
192 Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Dentre as deliberações
193 resultantes desta reunião estão as seguintes: **1)** solicitada reunião com o presidente
194 da Comissão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC para uma
195 apresentação da Comissão em referência e obter conhecimento dos trabalhos que
196 estão sendo realizados por àquela Comissão e buscar uma interlocução entre as
197 Comissões; **2)** Elaboração do Plano de Ação; **3)** fixação das datas das reuniões
198 desta Comissão (primeiras segundas-feiras de cada mês); **4)** Definido o Secretário
199 da Comissão, senhor Pedro Ruiz (OAB-SC) e **5)** Determinadas 2 (duas) visitas
200 técnicas em 2 (duas) comunidades com risco de despejo eminente. Não havendo
201 dúvidas e questionamentos a vice-presidente prosseguiu para o ponto de **pauta**
202 **(6.2) acerca de criminalização de defensora de Direitos Humanos.** Celina
203 Duarte (IGENTES) fez um resgate da deliberação do CEDH quando discutido sobre
204 a Comissão Permanente de Inquérito (CPI) do aborto em que ficou decidido pelo
205 acompanhamento do caso que criminalizava profissionais e pessoas que estavam
206 atuando em defesa de uma criança que buscava o aborto dentro das possibilidades
207 legais. A vice-presidente lembrou que, somente após divulgação através dos meios
208 de comunicação, a criança teve acesso ao aborto legal por meio de ordem da
209 procuradoria federal. Celina (IGENTES) explicou que, mesmo após a finalização da
210 CPI do aborto, foi aberto um inquérito que se encontra na comarca do município de
211 Tijucas que, tenta criminalizar os profissionais e defensores/as de Direitos
212 Humanos que visavam garantir os direitos dessa criança. Foi citado o nome da
213 advogada Daniela Félix, que teria prestado depoimento no dia 10 de maio de 2023.
214 Concluiu sugerindo ao pleno ser elaborada nota pública. A convidada Valéria
215 Zanetti e a vice-presidente Celina mencionaram a situação como atípica porque
216 ninguém tem acesso ao processo. A professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) se
217 manifestou de forma favorável a nota porém quanto a ser nominada sugeriu
218 questionar os advogados que fazem o acompanhamento. Por fim, propôs além da

219 defesa dos defensores e defensoras de Direitos Humanos, que seja garantido o
220 devido processo legal com ampla defesa. Os conselheiros Lucilene Binsfeld (CUT-
221 SC) e Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) manifestaram-se a favor da nota,
222 com a sugestão do último de convidar a advogada para uma conversa.
223 **Encaminhamento: Elaboração de Nota de Apoio aos defensores e defensoras**
224 **de Direitos Humanos e profissionais referentes ao caso da CPI do aborto.**
225 Quanto as **devolutivas das ações da última plenária (7)** a secretária do conselho
226 informou que os encaminhamentos que estão sendo feitos são referentes as
227 Conferências Mesorregionais: convites e demais documentos. Antes dos informes
228 gerais foi colocada em **votação a ata da 68ª reunião plenária** do CEDH **ponto (8)**,
229 que foi aprovada por unanimidade. A secretária do conselho informou ao pleno que
230 estava presente na reunião a assistente social do município de Itajaí, senhora
231 Danielle que gostaria convidar o conselho a estar participando da **2ª Semana**
232 **Municipal de Combate a LGBTfobia**. A convidada explicou que devido a grande
233 repercussão do primeiro evento que ocorreu no ano anterior, que contou com a
234 presença do conselheiro Maicon de Medeiros (SAS), conseqüentemente
235 impulsionou para a realização de novo evento com programação e discussões mais
236 densas, com início no dia 13 de maio, se estendendo durante a semana, os
237 seminários. Danielle agradeceu o espaço e solicitou apoio na divulgação do evento.
238 Por fim, nos **informes gerais (9)** a secretária do conselho lembrou que as
239 inscrições para o processo eletivo estavam ainda abertas até o dia 24 de maio.
240 A vice-presidente agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião.
241 Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a
242 Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **Q54Y87RC**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 26/07/2023 às 19:20:38

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1E1NFk4N1JD> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **Q54Y87RC** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.